

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 10
DE 28-04-2009**

ACTA N.º 10

Data da reunião extraordinária: 28-04-2009

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 19:35 horas

Términus da reunião: 20:50 horas

Resumo diário da Tesouraria: 28/04/2009 2.653.983,27 €

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: Francisco Maria Moita Flores

Vereadores: Rui Pedro de Sousa Barreiro

Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

Manuel António dos Santos Afonso

António Francisco Baptista Valente

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Vânia Andreia Lopes Neto

Luís Manuel da Graça Batista

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Coordenadora Técnica

Faltas justificadas: Henriqueta da Graça Pereira Carolo (substituída nos termos da Lei)

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram dezanove horas e trinta e cinco minutos, dando conhecimento da presença do senhor Luís Batista nesta reunião, em substituição da senhora Vereadora Henriqueta Carolo, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”: -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO ANO DE DOIS MIL E OITO DA A.S. – EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM – EM, SA – REAPRECIACÃO** -

--- Foi, de novo, presente o Relatório e Contas referente ao ano de dois mil e oito da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA., que aqui se dá por reproduzido, ficando anexo à presente acta (Documento I), dela fazendo parte integrante. -----

--- A Câmara, após análise do documento, deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do PS – Partido Socialista e a favor da senhora Vereadora Luísa Mesquita e dos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, aprovar o documento em causa. -----

--- Os senhores Presidente e Vereador António Valente não participaram na apreciação e votação deste assunto, em virtude de integrarem o Conselho de Administração e a Mesa da Assembleia-Geral da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA, respectivamente. -----

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

--- “O PS – Partido Socialista absteve-se nesta votação, apesar de, do ponto de vista político, não concordar com a criação da A.S. – Empresa das Águas de Santarém – EM, SA., todavia, considera que, face ao equilíbrio existente neste executivo, não podia impedir a aprovação de um documento que é essencialmente técnico.” -----

--- **PAVILHÃO DESPORTIVO DE ALCANEDE** -----

--- Pela **Directora do Departamento de Obras e Equipamentos** foi presente a

informação número cento e quarenta e três, de vinte e dois de Abril, do seguinte teor: ---

--- “Um - Através da informação número cento e catorze do Gabinete do Senhor Vice-Presidente, datada de catorze de Outubro de dois mil e oito, foi formalizada proposta de abertura de procedimento para a realização de uma empreitada com vista à Concepção do Projecto e Execução da Obra de Construção do Pavilhão Desportivo de Alcanede. ----

--- Esta informação obteve despacho favorável do Senhor Vice-Presidente, a quinze de Outubro de dois mil e oito, tendo sido remetida ao Departamento de Administração e Finanças no sentido de se proceder à cabimentação da despesa estimada e posterior envio ao Núcleo de Contratação de Empreitadas para elaboração do respectivo caderno de encargos e programa de concurso a serem submetidos a reunião do executivo. -----

--- Após cabimentação o processo é agendado para reunião do executivo, que teve lugar a dezanove de Novembro de dois mil e oito, na qual foi deliberado “Concordar com a abertura de concurso público para contratação da empreitada de construção do Pavilhão Desportivo, conforme proposto na presente informação”. -----

--- Seguidamente, a vinte e três de Janeiro de dois mil e nove, o processo é remetido ao Núcleo de Contratação de Empreitadas para elaboração do programa de concurso, caderno de encargos e respectivo anúncio cuja publicação ficaria dependente do respectivo pagamento, sob pena de anulação automática pelo sistema (Imprensa Nacional-Casa da Moeda (INCM)), após decurso de 5 dias da formulação do pedido, o que na realidade veio a verificar-se. -----

--- Dois - Entretanto, a dez de Fevereiro de dois mil e nove, através da Nota Interna número trinta e três da Secção de Contratação, Expropriação e Notariado – Divisão de Assuntos Jurídicos e Notariado e por despacho do Gabinete do senhor Presidente, foi divulgado pelos vários serviços da Câmara Municipal de Santarém, o Acórdão número doze, de quatro de Fevereiro de dois mil e nove – Primeira S/SS do Tribunal de Contas, proferido no âmbito do processo de visto número mil quatrocentos e trinta e dois/dois mil e oito, referente à empreitada de “Concepção/Construção para a Construção de Edifício destinado ao Centro Escolar de Alcanede”. -----

--- Atendendo ao teor do mesmo, cuja análise recai sobre o procedimento de

concepção/construção para a obra acima referida, retira-se, não obstante a concessão do respectivo visto, a formulação de uma recomendação à Câmara Municipal de Santarém para que em procedimentos futuros, se dê cumprimento rigoroso às disposições agora em vigor correspondentes ao número três do Artigo quarenta e três do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei número dezoito/dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro. -----

--- Ou seja, prevê aquele artigo no seu número três, que “Em casos excepcionais devidamente fundamentados, nos quais o adjudicatário deva assumir, nos termos do caderno de encargos, obrigações de resultado relativas à utilização da obra a realizar, ou nos quais a complexidade técnica do processo construtivo da obra a realizar requeira, em razão da tecnicidade própria dos concorrentes, a especial ligação destes à concepção daquela, a entidade adjudicante pode prever, como aspecto da execução do contrato a celebrar, a elaboração do projecto de execução, (...)”. -----

--- Atendendo ainda à apreciação feita pelo Tribunal de Contas no Acórdão acima referido, o conceito de complexidade técnica do processo construtivo e dimensão da obra a realizar, não se coaduna com obras consideradas do tipo corrente, sem exigências especiais, para além das ligadas à boa arte de construir, ao alcance de qualquer empresa credenciada para o efeito e como tal munida do certificado de empreiteiro de obras públicas exigido. -----

--- Três - Tendo em conta o exposto no ponto anterior, considera-se que o procedimento proposto para a construção da obra do Pavilhão Desportivo de Alcanede, objecto da informação número cento e catorze do Gabinete do senhor Vice-Presidente cuja aprovação foi deliberada em reunião de executivo, datado de dezanove de Janeiro de dois mil e nove, não vem ao encontro das recomendações agora expressas pelo Tribunal de Contas no Acórdão número doze, de quatro de Fevereiro de dois mil e nove. -----

--- De facto, trata-se basicamente da construção de um edifício desportivo com diversas valências, sem exigências específicas, implicando trabalhos de construção do tipo corrente sem qualquer grau de especialização e especial complexidade técnica, exigindo-se apenas através do certificado de empreiteiro de obras públicas, rigor na boa execução

dos trabalhos de acordo com os parâmetros de qualidade que devem estar sempre presentes em qualquer construção.-----

--- Quatro - Deste modo, em face do supra exposto, e no sentido de acautelar as recomendações agora expressas pelo Tribunal de Contas, propõe-se que o senhor Vereador das Obras Municipais submeta à apreciação do executivo municipal, o seguinte: -----

--- a) - A anulação da deliberação da abertura de concurso público para contratação da empreitada de construção do Pavilhão Desportivo de Alcanede, conforme proposto na Informação número cento e catorze do Gabinete do senhor Vice-Presidente, (reunião do executivo realizada a dezanove de Janeiro de dois mil e nove);-----

--- b) – Autorização para que a concretização desta obra siga a seguinte metodologia: ---

--- b.um – Elaboração do Projecto de Execução – Mediante um procedimento por ajuste directo para formação de contrato de prestação de serviços, de acordo com o estipulado no número quatro do Artigo vinte, do Código dos Contratos Públicos, estimando-se um custo provável na ordem dos vinte mil euros;-----

--- b.dois – Execução da Obra – Mediante um procedimento de concurso público para a formação de um contrato de empreitada de obra pública, tendo por base o projecto de execução.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto na informação atrás transcrita, devendo agir-se em conformidade. -----

--- **PROCOLOS ESPECÍFICOS ENTRE JUNTAS DE FREGUESIA E O MUNICÍPIO DE SANTARÉM** -----

--- Pelo senhor **Vereador Ricardo Gonçalves** foi presente a proposta número três, de vinte e três do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que:-----

--- Por deliberação do Executivo Municipal, em reunião dezoito de Junho de dois mil e sete e da Assembleia Municipal, na reunião de cinco de Julho de dois mil e sete, foi aprovado o novo protocolo de delegação de competências, entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Concelho; -----

--- De acordo com o disposto no número três da Cláusula terceira, dos Protocolos de Delegação de Competências celebrados, “a realização de outros investimentos constantes das opções do plano e do orçamento municipais poderá ser também delegada na Junta de Freguesia, através da celebração de protocolos específicos para o efeito”, nos termos previstos na Cláusula décima quinta dos referidos Protocolos;-----

--- Nos termos do número um da referida Cláusula décima quinta, “a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia poderão, pontualmente, estabelecer acordos para a realização de outros investimentos constantes nas Grandes Opções do Plano, mas que se considerem mais vantajosos, do ponto de vista económico e da eficiência, serem praticados pela Junta de Freguesia, que serão formalizados através de protocolos específicos, nos termos da minuta constante do Anexo IV” ao Protocolo; -----

--- No Orçamento do Município aprovado para dois mil e nove, mais concretamente nas Grandes Opções do Plano constantes da rubrica quatro.vinte – Transferências entre Administrações, estão plasmados investimentos a realizar pelas Juntas de Freguesia, que para a sua execução, deverão ser objecto de protocolo específicos a celebrar entre a Câmara e a Junta de Freguesia respectiva, nos termos supra referidos, previstos no Protocolo de Delegação de Competências; -----

--- Assim, em cumprimento do disposto no número três da Cláusula terceira e no número um da Cláusula decime quinta do Protocolo de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, aprovado pela Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do número seis do artigo sessenta e quatro e do artigo sessenta e seis, e pela Assembleia Municipal, nos termos da alínea s) do número dois do artigo cinquenta e três, todos da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Janeiro, alterada e republicada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, tenho a honra de propor ao Executivo Municipal a aprovação dos protocolos específicos que se anexam, e que cujas transferências de verbas já se encontram devidamente cabimentadas, e que são os seguintes: -----

--- * **Freguesia de Abitureiras:**-----

--- - Pavimentação de Arruamentos Diversos;-----

- * **Freguesia de Arneiro da Milhariças:** -----
 --- - Aquisição de Terreno - Travessa da Candeira; -----
 --- * **Freguesia de Gançaria:** -----
 --- - Caminho Pedonal do Açude; -----
 --- - Arruamentos Diversos (Jardim Temático) – Segunda Fase; -----
 --- * **Freguesia de Marvila:** -----
 --- - Arruamentos Diversos (Alfange); -----
 --- * **Freguesia de Moçarria:** -----
 --- - Asfaltamento da Rua dos Morgados - Secorio; -----
 --- * **Freguesia de Póvoa de Santarém:** -----
 --- - Requalificação de Espaços Públicos (Rua Bispo Dom António Mendonça/Rua das Figueiras); -----
 --- * **Freguesia de Romeira:** -----
 --- - Arranjos de Arruamentos e Outras Obras Complementares (Conservação do Muro da Fonte); -----
 --- - Arranjos de Arruamentos; e Outras Obras Complementares (Rua Marquês Sá da Bandeira, Rua Nova, Rua Eça de Queiroz e Rua da Cidade de Santarém); -----
 --- * **Freguesia de Tremês:** -----
 --- - Arranjos Urbanísticos (Rua Principal - Santos); -----
 --- - Arranjos Urbanísticos (Zona envolvente à Sede da Junta de Freguesia); -----
 --- - Beneficiação da Ensino Básico do Primeiro Ciclo – Santos; -----
 --- - Reparação da Estrada da Lourosa; -----
 --- - Arruamentos Diversos (Pavimentação); -----
 --- - Reparação da Estrada Municipal quinhentos e oitenta e três (troço Santos/Pernes).”
 --- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os protocolos específicos propostos pelo senhor Vereador Ricardo Gonçalves e que aqui se dão por reproduzidos, ficando anexos à presente acta (documentos II a XVI), dela fazendo parte integrante. -----

--- **RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM E BALANÇO SOCIAL REFERENTES AO ANO**

DE DOIS MIL E OITO -----

--- Para apreciação e votação, foram presentes os documentos em epígrafe, que se dão por integralmente reproduzidos nesta acta, ficando os mesmos arquivados em pasta anexa ao livro de actas (Documentos XVII, XVIII e XIX, respectivamente). -----

--- Sobre este assunto verificaram-se as seguintes intervenções: -----

--- Senhor **Vereador Luís Batista** – Referiu que “no relatório de gestão e prestação de contas na receita se verifica que existe um aumento em relação a dois mil e sete de oito milhões seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e quatro euros devendo-se este aumento essencialmente à venda de bens e serviços correntes (rendas da antecipação de receitas da EDP), isto apesar de também a nível da receita de capital ter havido um pequeno aumento. -----

--- Verifica-se uma diminuição dos impostos directos, nomeadamente do IMI e IMT, fruto da crise que se está a atravessar e que, eventualmente ainda irão diminuir mais. Realçou uma receita que se pode considerar extraordinária do IMT, referente à venda do Retail Park que constitui uma verba importantíssima que entrou para os cofres do município. -----

--- A receita corrente diminuiu em quase todas as rubricas com excepção da venda de Bens e Serviços correntes, transferências correntes e rendimentos de propriedade. -----

--- Ao nível da receita de capital o aumento tem essencialmente a ver com as transferências de capital, os passivos financeiros e outras receitas. -----

--- Os valores da receita permitem concluir que as receitas próprias ultrapassam cinquenta por cento da receita total, existindo, por isso, independência financeira, mas não nos podemos esquecer que nestas receitas está uma antecipação de receita que a não acontecer iria reduzir o grau de independência financeira para quarenta e dois vírgula nove por cento. Continua a existir uma fraca execução em relação à receita, vinte e um por cento ao nível da receita de capital, setenta por cento ao nível da receita corrente. ----

--- Despesa quarenta e quatro milhões cento e noventa e quatro mil seiscentos e cinquenta e um euros. Despesa corrente vinte e oito milhões oitocentos e setenta e seis mil e vinte e oito euros, portanto a despesa corrente aumenta cerca de três milhões em

relação a dois mil e sete. -----

--- Na introdução o senhor Presidente diz que as despesas correntes aumentam cerca de cinco milhões de euros, sendo uma dívida à empresa scalabisport de dois mil e três e também um milhão e oitocentos mil euros à ADSE que não refere a data, penso que será mais recente e o resto na despesa de educação.-----

--- Nas despesas com Pessoal verifica-se um aumento de dois vírgula três milhões. Saliento as horas extraordinárias que tiveram um aumento de oito vírgula sete por cento relativamente a dois mil e sete, Analisando o balanço social verifica-se que mesmo que seja intenção tentar a redução das horas elas, pelo contrário, vão aumentando e também o pagamento da ADSE.-----

--- A aquisição de bens e serviços baixa um por cento, mas mesmo assim constitui trinta e três por cento da despesa corrente e vinte e dois por cento da despesa total. Só na aquisição de bens e serviços verifica-se ainda o valor de sete milhões oitocentos e trinta e oito mil oitocentos e vinte euros. Há despesas que se podem tentar baixar como os outros trabalhos especializados que realmente aumentam um pouco de dois mil e sete para dois mil e oito.-----

--- A despesa de capital aumenta cerca de cinquenta por cento porque tem um aumento de bens de capital na ordem dos três milhões de euros, as transferências de capital aumentam e os passivos financeiros também. Mesmo com o aumento destas despesas só representam trinta e um vírgula oito por cento da despesa total. -----

--- A aquisição de bens de capital – investimento aumenta três milhões como já disse, o que é sempre importante porque se trata de investimento mas também não nos podemos esquecer que os números de dois mil e sete foram os mais baixos de sempre. -----

--- Continuamos a ter o investimento menor que a aquisição de serviços e continuamos a ter uma baixa taxa de execução ao nível do PPI ou seja vinte e dois vírgula quinze por cento, isto apesar de se ter um aumento de cerca de oito por cento. -----

--- Quanto ao saldo corrente ou seja entre receita corrente e despesa corrente é muito positivo, na ordem dos seis milhões de euros, mas mais uma vez é preciso não esquecer que a receita teve aquela contrapartida da antecipação de receita da EDP e se não fosse

isso, o saldo seria negativo.-----

--- A dívida a terceiros não baixou mas ainda aparece com um pequeno aumento de seiscentos mil euros, portanto passando de sessenta milhões trezentos e treze mil seiscentos e setenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos para sessenta milhões novecentos e quarenta e seis mil seiscentos e seis euros e vinte e nove cêntimos de dois mil e sete para dois mil e oito, aumento de seiscentos e trinta mil euros.-----

--- No mapa de dívida a terceiros existem algumas transferências de verba de médio/longo prazo para longo prazo e nas explicações diz-se que os empréstimos médio/longo prazo são considerados de curto prazo e aqueles que vão ser pagos durante o ano de dois mil e nove na ordem dos cinco milhões. Depois só aparecem dois milhões quatrocentos e sessenta.-----

--- Nas dívidas curto prazo o total aumenta cinco vírgula seiscentos e dez milhões por contrapartida da dívida de longo prazo total, O que se verifica com este mapa é que apesar de ter uma antecipação de receitas de cerca de oito milhões, a dívida a terceiros não baixou, mas ainda aumentou o que a não acontecer teríamos uma dívida a terceiros na ordem dos sessenta e oito milhões de euros.-----

--- Por fim a demonstração de resultados: é má. Temos resultados operacionais negativos. Os custos e perdas estão a ser muito maiores em relação ao que se está a ter em termos de proveitos. Isto origina um resultado líquido de exercício negativo na ordem dos cinco vírgula quatrocentos e vinte e quatro milhões. Temos que tentar que isto se altere nomeadamente os resultados operacionais.”-----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – “A primeira coisa que se me oferece dizer sobre estes documentos é que como o senhor Presidente afirma na sua introdução, em dois mil e nove é indiscutível que já se pode fazer e falar de apreciação política. São quatro anos de gestão e naturalmente os documentos que aqui estão, para além de operacionalizarem receitas e despesas, também já traduzem aquilo que foram opções e prioridades políticas. E essa era a primeira questão que gostaria de referir. Já estamos perante um relatório que evidencia quais as políticas ao longo de quatro anos, nomeadamente escolhas e finalidades do investimento.-----

--- Também é verdade que nem sempre o Estado cumpriu a tempo as suas obrigações para com o Município e é público que a crise está instalada, e que ao contrário do que alguns dizem a crise não chegou em dois mil e nove mas está instalada há vários anos tem vindo a degradar-se nos últimos três quatro anos. E isso reflectiu-se na gestão de dois mil e oito verificando-se uma quebra de receitas nos impostos de onze por cento, nomeadamente o IMT e a derrama).-----

--- Mas independentemente de todos estes pressupostos ou também porque estes pressupostos são uma realidade deveriam implicar e obrigar a uma gestão muito rigorosa e muito planificada daquilo que são as estratégias e prioridades de intervenção da Câmara Municipal de Santarém. Isto por variadíssimas razões naquilo que tem que ver com contenção financeira, mas crucial também, porque se avizinha um quadro comunitário que é o último, de dois mil e nove a dois mil e treze, com um conjunto de investimentos importantíssimos para o Concelho e alguns deles com implicações eu diria quase grandiosas para a região e, portanto, tem que encontrar uma Câmara com uma solidez financeira e com uma disponibilidade de endividamento importante para responder naquilo que são as suas contrapartidas e as suas necessidades aos investimentos que aí vem, quer aqueles que resultam do quadro de intervenção estratégica, quer aqueles que resultam da contrapartida do plano de acção Ota/Alcochete, quer aqueles que resultam das meras candidaturas que possam ser aprovadas. A este propósito disse lembrar-se da requalificação ribeirinha e daí que, penso, que medidas urgentes devem ser tomadas para continuar na procura da solidez financeira do Executivo e com uma preocupação de contenção financeira cada vez maior porque nós já ultrapassamos os momentos iniciais do poder local em que a obra vinha em crescendo desde o primeiro ano do mandato ao término do mandato acabando com muito asfalto no último ano do mandato.-----

--- Considero que é chegado o momento de, resolvidas algumas questões de natureza prioritária no que tem que ver com a qualidade de vida dos cidadãos, começar a conter as despesas no sentido da selecção das prioridades porque a crise veio para ficar. Acho que é importante salvuardarmos aquilo que são os investimentos futuros e

salvuardarmos também o futuro em termos das dívidas que os Executivos foram acumulando. Naturalmente nós não estamos a falar da situação financeira desta Câmara nem da Câmara anterior, nós estamos a falar de uma dívida que se tem vindo a acumular ao longo dos anos e que é preciso conter. -----

--- Um outro aspecto que gostaria de abordar prende-se com os cumprimentos das Grandes Opções do Plano e dos PPI. Entendo que, cada vez mais, temos que ser realistas e rigorosos produzindo GOP e PPI possíveis e realistas, plausíveis com as nossas convicções financeiras porque, como tem vindo a acontecer no país e no município fica-se muito aquém do previsto no que tem que ver com a execução, muitas vezes de objectivos importantes no âmbito do plano e orçamento. -----

--- Os projectos das grandes opções do plano ficaram-se pelos trinta e três vírgula noventa e três por cento de execução, enquanto o PPI ficou pelos vinte e dois vírgula quinze por cento, e só o conjunto das actividades relevantes conseguiu chegar aos quarenta e nove vírgula vinte e três por cento. Isto diz bem que os instrumentos de gestão financeira tem que ser rigorosos para responderem àquilo que é a realidade. -----

--- E se olharmos por exemplo as funções sociais nas GOPs verificamos que o ensino se ficou pelos quinze vírgula trinta e seis por cento e a cultura, o desporto e o lazer pelos cinquenta e cinco vírgula oitenta e cinco por cento e cinquenta vírgula quarenta e dois por cento, situação que se mantém no PPI em idêntica leitura comparativa e percentual e também nas actividades mais relevantes. -----

--- Esta reflexão não significa nenhuma minimização das rubricas mais conseguidas, significa antes que em crise, com uma situação financeira fragilizada hoje e para o futuro as prioridades e as escolhas são cruciais e desse trabalho dependerá a disponibilidade para o futuro. -----

--- Sublinhar que o PREDE disponibilizado pelo Governo não vai resolver a situação financeira da autarquia mas tão só aliviar a pressão das dívidas aos fornecedores. -----

--- A despesa corrente cresce em mais de onze por cento, afastando-se cada vez mais da despesa de capital que perante um decréscimo muito grande em dois mil e sete sobe agora cerca de cinquenta por cento. -----

--- No âmbito do pessoal gostaria de sublinhar alguns aspectos positivos pois parece-me que estamos a melhorar a qualificação do pessoal da Câmara, estamos a ter cada vez mais gente nova, cada vez mais qualificada e são quadros cada vez mais jovens. Ao longo dos anos tem acontecido uma situação eu diria quase sempre igual, o peso percentual do pessoal na orgânica e no funcionamento da Câmara aumenta de ano para ano desde o primeiro ao último ano do mandato. Parece-me também preocupante esse aumento com as despesas de pessoal numa situação muito similar ao mandato passado – quando de quarenta e cinco por cento em dois mil e três chegou aos quarenta e sete em dois mil e cinco agora dois mil e seis e dois mil e sete quarenta e três por cento e dois mil e oito quarenta e seis por cento que corresponde a um aumento de dois milhões trezentos e oitenta e dois mil. A noção que eu tenho é que a Câmara tem um número suficiente de funcionários, necessitando apenas de reorganização. Nós temos serviços com pessoal em demasia e somos capazes de ter serviços onde falta pessoal. Não é de pessoal que a Câmara precisa é de pessoal cada vez mais qualificado, cada vez em melhores condições de poder responder àquilo que é uma grande empresa que cada vez tem que ser mais tecnológica para responder à nova legislação, para responder a uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz.” -----

--- Colocou ainda algumas dúvidas que foram esclarecidas pela Chefe da Divisão de Finanças.-----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Começou por realçar a ajuda ao aumento da capacidade de endividamento da Câmara que foi a venda do Retail park. -----

--- Prosseguiu referindo que “se olharmos para a evolução da dívida a terceiros verificamos efectivamente que temos cinquenta e um milhões em dois mil e cinco, cinquenta e três milhões em dois mil e seis, dois mil e sete sessenta milhões e dois mil e oito quase sessenta e um milhões e com as conclusões que podemos tirar daquilo que disse o vereador Luís Batista.” -----

--- Saliu o aumento de custos significativo e principalmente aquilo que também a senhora vereadora Luísa Mesquita já referiu e que se prende com os orçamentos ilusórios que “depois dão prestações de contas que nos fazem cair na realidade, porque ter uma

execução do PPI vinte e dois vírgula quinze por cento, as grandes opções do plano trinta e três vírgula noventa e três ou mesmo as actividades mais relevantes quarenta e nove vírgula quarenta e três, de facto são números que nos obrigam a cair na realidade e eu espero sinceramente que o futuro Executivo tenha condições de se aproximar mais daquilo que é a realidade da vida municipal e principalmente não esqueça os compromissos que assumiu não só com os munícipes mas também com o Governo e com a gestão dos impostos que são de todos nós e portanto devem ser salvaguardados.”-

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Congratulou-se com o facto da educação ter merecido da parte deste Executivo uma atenção especial. Sublinhou que já no anterior mandato essa política foi seguida, recordando que, “para além da manutenção corrente e pequenas obras nalgumas escolas, nós construímos a escola de São Domingos, Fontainhas, Jardim de Infância da Moçarria, Jardim de Infância da Romeira, jardim de Infância da Póvoa de Santarém e os pavilhões desportivos da Escola D. João II e MEM Ramires.” -----

--- Considerou que o investimento que a Câmara neste momento está a fazer, nomeadamente os centros escolares, que já haviam sido abordados pelo anterior Executivo, são extremamente importantes. Acrescentou que o anterior executivo também falou em avançar com esses objectivos, acrescentando que na altura também se falou em Almoester pela desconcentração que existe em termos das diferentes escolas. -----

--- Prosseguiu referindo que “em sentido contrário vai a nossa preocupação pelo facto de estarmos na última apreciação de contas que fazemos e não vemos aqui um investimento que foi de alguma forma um investimento central, a sua necessidade, em termos das propostas dos diferentes projectos durante a campanha eleitoral que é a questão do saneamento básico. Penso que é uma brecha importante e uma preocupação que temos sentido pelo facto de não vemos uma evolução nesse aspecto e ainda não ser nestas contas que podemos fazer uma avaliação positiva relativamente à questão do saneamento básico que continua a ser premente em muitas das nossas freguesias. -----

--- Finalmente não podia deixar de aludir a uma questão que também foi central na campanha eleitoral que é a questão da dívida. A verdade é que apesar de todo o aumento

ainda só vamos nos sessenta milhões. As próprias facturas em conferência continuam na ordem dos seis milhões apesar de termos tido uma receita extraordinária de oito milhões e nesse aspecto a minha expectativa era que de alguma forma se conseguisse ter reduzido de forma efectiva a dívida.” -----

--- Disse compreender que quem está no Executivo não pode obviamente tomar como decisão pagar as dividas e deixar de fazer investimento. Em seu entender qualquer executivo e qualquer gestão não está na Câmara apenas para pagar as contas, tem que haver investimento, todavia disse que esperava que, com a entrada dos oito milhões da EDP, a dívida, no seu conjunto, pudesse ter sido reduzida. -----

--- Lembrou que vêm aí mais verbas, pelo que espera que se consiga fazer alguma redução, apesar de, por outro lado, perceber que se está numa fase crucial do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e que sem fazer dívida não se consegue investir. -----

--- Senhor **Presidente** – Iniciou a sua intervenção referindo que esta é a última prestação de contas apresentada por este Executivo pelo que se começam a desenhar aqui aquilo que foram as políticas de gestão ao longo de quatro anos. Todavia este relatório está efectivamente, a representar aquilo que é a execução de dois mil e oito, porque alguns resultados só serão reflectidos nas contas de dois mil e nove, nomeadamente o que respeita ao parque escolar, uma vez que os processos referentes aos três centros escolares arrancaram em dois mil e nove e, portanto, só se reflectirão na próxima prestação de contas.-----

--- Disse concordar com o senhor Vereador Joaquim Neto quando diz que ninguém espera que um Executivo se limite a pagar dívidas sem fazer qualquer investimento. -----

--- Sublinhou que apesar da grave crise que atravessa o País, as receitas da Câmara de Santarém aumentaram muito e não apenas devido à antecipação de receitas. A arrecadação receita aumentou cerca de cinco milhões de euros em relação a dois mil e sete.-----

--- Sublinhou o facto de se ter conseguido controlar e não aumentar a despesa, apesar de ser um esforço muito difícil. Referiu que os esforços de contenção estão bem plasmados

no relatório em apreciação. -----

--- A este propósito disse que no que respeita à política cultural diminuíram os investimentos que baixaram em cerca de trezentos mil euros no programa cultural concelhio. -----

--- Disse também se ter reduzido as despesas com Publicidade em trinta e seis por cento, assim como diminuíram os Prémios, Condecorações e Ofertas. -----

--- No que respeita aos aumentos com o Pessoal referiu que de facto o pessoal aumenta três por cento porque a Câmara recebeu vinte e cinco auxiliares de educação. Acrescentou que no próximo ano irá sofrer um aumento maior face à transferência de competências no âmbito das escolas. -----

--- Referiu que as despesas correntes aumentaram em relação a dois mil e sete, cerca de cinco milhões de euros, esclarecendo, todavia, que parte desta verba resulta do pagamento à Scalabisport, de pagamentos à ADSE e de compromissos decorrentes dos aumentos aplicados à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações. -----

--- No que respeita ao endividamento sublinhou que se baixou o valor da dívida, apesar de, aparentemente, ela ter aumentado no global cerca de seiscentos mil euros, mas efectivamente, deve-se diminuir à dívida, quinhentos e setenta e sete mil euros que o Estado deveria ter devolvido em dois mil e oito, resultante do facto da Câmara ter cumprido a Lei das Finanças Locais no que respeita aos limites do endividamento referentes a dois mil e seis. A Câmara começou a cumprir em dois mil e sete, pelo que deveria ter sido reembolsada dos descontos realizados ao longo do ano de dois mil e oito, porém este valor só entrou nos cofres da Câmara no início de dois mil e nove. -----

--- Disse passar-se o mesmo com a derrama referente ao ano de dois mil e oito. O Governo deveria ter entregue cerca de setecentos mil euros até quinze de Dezembro de dois mil e oito mas só começou a pagar, e em prestações, durante o ano de dois mil e nove. Assim, não estão contabilizados como receita e deveriam estar, se o Governante tivesse cumprido as suas obrigações atempadamente, cerca de um milhão duzentos e sessenta mil euros. -----

--- Relativamente ao saneamento básico referiu não estar plasmado neste relatório

devido à constituição da Empresa Águas do Ribatejo. Destacou, todavia, o facto de terem sido recentemente adjudicadas as Estações de Tratamento de águas residuais de Amiais e de Pernes e a de Alcanede estar em fase de adjudicação. Acrescentou que no âmbito dos sistemas de saneamento estão a ser preparadas candidaturas ao QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional designadamente a ETAR do Vale de Santarém.-----

--- Sublinhou o aumento da execução, quer da despesa quer do receita, em relação a dois mil e sete, passando-se de uma execução despesa de quarenta e quatro vírgula vinte por cento para quarenta e sete vírgula setenta e quatro por cento e de uma execução de receita de quarenta e cinco vírgula treze por cento para quarenta e oito vírgula cinquenta e cinco por cento.-----

--- Salientou que, os investimentos no âmbito da educação que atingiram cerca de cinco milhões de euros. Destacou o investimento no âmbito da recuperação das escolas, cantinas escolares, equipamentos, climatização e arranjos exteriores. Em dois mil e cinco verificou-se um investimento de vinte e seis mil euros em arranjos exteriores, este ano atingiu duzentos e onze mil euros.-----

--- Salientou que a requalificação do espaço público é outra das frentes atacadas por este Executivo, sendo certo que, apesar da Câmara ter sido governada durante um período em que estava em fase final o QCA III e ainda se discutia o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, o investimento no espaço público nunca deixou de ser uma prioridade. Assim, de dois mil e cinco para dois mil e oito aumentou em duzentos e vinte e oito por cento este investimento, sem esquecer ainda de somar a este número o compromisso que se havia assumido com as Juntas de Freguesia para a prossecução do Programa AGRIS.-----

--- Referiu ainda não se ter pago aos pequenos fornecedores devido aos acordos de pagamento estabelecidos.-----

--- Lembrou que alguns dos resultados da acção desenvolvida por este Executivo neste mandato só serão reflectidos nas contas de dois mil e nove, nomeadamente a finalização do concurso Águas de Santarém, que vai permitir o encaixe imediato de quinze milhões

de euros, os investimentos correntes de contratualização que se estão a realizar no âmbito do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional, assim como os consequências financeiras da aplicação da PREDE, cujo início de execução se espera para as próximas semanas.-----

--- Por último, sublinhou o facto das contas da autarquia estarem equilibradas, transparentes, fiáveis e, apesar da crise, com todos as expectativas de progresso e desenvolvimento do concelho intactos. Acrescentou que, apesar das restrições impostas pelo Estado, a Câmara está longe dos limites do endividamento, investindo em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentado, fortalecendo o património da autarquia e está em condições de prosseguir políticas coerentes que permitam a recuperação económica, social e o prestígio de Santarém. -----

--- A finalizar referiu que o Executivo anterior estava cheio de razão no que respeitava à grave situação de irresponsabilidade, para não dizer desastre, que herdou dos mandatos anteriores. -----

--- Recordou que o senhor Vereador Rui Barreiro, então Presidente, talvez tenha sido infeliz na linguagem que utilizou, mas a situação que esta Câmara viveu antes destes homens chegarem não era a mesma que o actual Executivo recebeu. -----

--- Salientou a relação que se foi construindo com os senhores vereadores ao longo deste tempo de sadia discussão, agradecendo a forma como o acompanharam na governação da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadora Luísa Mesquita e Vereadores do PS – Partido Socialista, e votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores do PSD - Partido Social Democrata, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santarém e o Balanço Social, referentes ao ano de dois mil e oito. -----

--- Sob proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia onze de Maio, com

início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**” sem que se tenha verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram vinte horas e cinquenta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Coordenadora Técnica
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES** -----

--- Rui Barreiro _____

--- Ricardo Gonçalves _____

--- Manuel Afonso _____

--- António Valente _____

--- Joaquim Neto _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- Vânia Neto _____

--- Luís Batista _____